# **Demonstrações Financeiras**

Cristal Pigmentos do Brasil S.A.

31 de dezembro de 2014 com Relatório dos Auditores Independentes

# Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014

### Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Demonstrações do valor adicionado	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Edifício Guimarães Trade Av. Tancredo Neves, 1189 17º Andar - Pituba 41820-021 - Salvador, BA, Brasil

Tel: (5571) 3501-9000 Fax: (5571) 3501-9019 ev.com.br

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da **Cristal Pigmentos do Brasil S.A.** Camaçari - BA

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cristal Pigmentos do Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cristal Pigmentos do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

#### **Outros assuntos**

#### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 16 de março de 2015.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6-F-BA

Shirley Nara S. Silva Contadora CRC-1BA022650/O-0

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

		Contro	oladora	Consc	olidado
	Nota	2014	2013	2014	2013
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.787	5.675	22.804	28.373
Contas a receber de clientes	6	64.749	39.998	69.736	45.013
Dividendos a receber	9	8.771	29.065	-	-
Estoques	7	101.187	145.060	180.375	219.360
Tributos a recuperar	8	2.391	5.233	2.470	5.677
Partes relacionadas	18	8.949	6.888	24.000	4.284
Outros ativos		2.518	22.058	2.752	22.259
		197.352	253.977	302.137	324.966
Não circulante					
Tributos a recuperar	8	2.398	372	2.873	869
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	26.737	21.624	44.337
Depósitos judiciais	13	5.308	3.782	6.124	4.460
Crédito diversos	22	22,238	-	22.238	-
Investimentos	9	159.750	150.821	-	-
Imobilizado	10	120.173	127.129	164.990	182.984
Intangível	-	1.150	1.634	1.509	2.032
·		311.017	310.475	219.358	234.682

Total do ativo	508.369	564.452	521.495	559.648

	Controladora Cons			Consc	olidado
	Nota	2014	2013	2014	2013
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		10.622	9.536	12.611	10.630
Empréstimos e financiamentos	11	38.640	3.542	39.250	3.550
Salários e encargos sociais		13.782	13.338	16.118	15.394
Impostos, taxas e contribuições	12	4.245	2.878	11.602	11.482
Partes relacionadas	18	51.317	89.473	7.160	33.713
Dividendos a pagar	15	5.672	2.006	5.672	2.006
Provisões	13	393	753	393	753
Outros passivos		9.105	8.223	9.280	8.163
		133.776	129.749	102.086	85.691
Não circulante Fornecedores Empréstimos e financiamentos Impostos, taxas e contribuições Provisões Gastos para recuperação da mina	11 12 13 14	859 6.167 4.747 -	1.436 - 6.384 5.434 - 13.254	962 6.167 11.736 37.724 56.589	1.436 - 6.384 9.870 34.818 52.508
Patrimônio líquido	15				
Capital social		162.505	162.505	162.505	162.505
Reservas de capital		181.896	181.896	181.896	181.896
Reservas de lucros		18.419	70.032	18.419	70.032
Dividendo adicional proposto		-	7.016	-	7.016
		362.820	421.449	362.820	421.449
Total do passivo e do patrimônio líquido		508.369	564.452	521.495	559.648

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

		Controladora		Controladora Consolidado			idado
	Nota	2014	2013	2014	2013		
On and senting des							
Operações continuadas	40	200 200	244 740	204 600	404.045		
Receitas Custo de vendas	19 20	296.066 (338.108)	311.718 (336.942)	394.689 (376.899)	404.945 (370.626)		
Resultado bruto	20	(42.042)	(25.224)	17.790	34.319		
Resultado bi dio		(42.042)	(23.224)	17.790	34.319		
Despesas com vendas	21	(7.965)	(7.263)	(19.824)	(17.950)		
Despesas gerais e administrativas	20	(16.473)	(15.274)	(19.366)	(19.025)		
Honorários da administração	18	`(2.667)	(2.253)	`(2.667)	(2.253)		
Resultado de equivalência patrimonial	9	38.804	37.997	•	·		
Outras receitas operacionais, líquidas	23	1.372	16.216	1.704	16.399		
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos							
sobre o lucro		(28.971)	4.199	(22.363)	11.490		
Receitas financeiras		5.588	2.367	7.487	3.349		
Despesas financeiras		(1.750)	(1.526)	(4.695)	(4.361)		
Variação cambial, líquida		` 257 <sup>′</sup>	` 474 <sup>′</sup>	` 789 <sup>°</sup>	` 604 <sup>′</sup>		
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		(24.876)	5.514	(18.782)	11.082		
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	-	-	(10.119)	(10.403)		
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	(26.737)	6.000	(22.712)	10.835		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(51.613)	11.514	(51.613)	11.514		
A=====================================	45				_		
Ações em circulação no final do exercício (em milhares) Ordinárias	15	812.672	812.672	812.672	812.672		
Preferenciais Classe "A"		987.379	987.379	987.379	987.379		
Preferenciais Classe "B"		521.449	521.449	521.449	521.449		
Freierenciais Classe B		321.449	321.449	321.449	321.449		
Lucro (prejuízo) básico e diluído por mil ações atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício - R\$							
Ordinárias		(0,024)	0.003	(0,024)	0.003		
Preferenciais Classe "A"		(0,019)	0,003	(0,019)	0,003		
Preferenciais Classe "B"		(0,024)	0,007	(0,024)	0,003		
Totototicialo Olaboo D		(0,027)	0,000	(0,027)	0,000		

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	Controladora		Conso	lidado
	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(51.613)	11.514	(51.613)	11.514
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	-	-	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	-	-	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos	(51.613)	11.514	(51.613)	11.514

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

		Reservas de capital				Reservas de lucros					
							Estatuta	árias			
	Capital social	Ágio na integralização de ações	Correção monetária especial	Isenção e redução de imposto de renda	Legal	Isenção e redução de imposto de renda	Especial para dividendos	Para aumento de capital	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		uo ugoco	30000				4.1.44	- Cupital	рефессор		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	162.505	22.791	21.633	144.501	9.747	-	975	50.223	-	-	412.375
Lucro líquido do exercício Destinação proposta:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.514	11.514
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.734)	(2.734)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	7.016	(7.016)	` -
Constituição de reservas	-	-	-	(7.029)	577	7.095	-	1.415	-	(1.764)	294
Saldos em 31 de dezembro de 2013	162.505	22.791	21.633	137.472	10.324	7.095	975	51.638	7.016	-	421.449
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.016)	-	(7.016)
Prejuízo do exercício Destinação proposta:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(51.613)	(51.613)
Realização de reserva	-	-	-	-	-	-	-	(51.613)	-	51.613	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	162.505	22.791	21.633	137.472	10.324	7.095	975	25	-	-	362.820

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consol	idado
<del>-</del>	2014	2013	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	(24.876)	5.514	(18.782)	11.082
Ajuste para reconciliação do resultado do exercício ao caixa gerado pelas				
atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	27.151	30.240	40.619	44.029
Resultado da equivalência patrimonial	(38.804)	(37.997)	-	-
Juros e variações monetárias, líquidas	2.804	(613)	2.827	(753)
Valor residual de ativo imobilizado baixado	2.699	324	2.915	506
Provisão para desvalorização do estoque	4.999	=	4.999	2.769
Constituição/(reversão) de provisões, líquidas	(1.047)	(2.923)	4.412	993
	(27.074)	(5.455)	36.990	58.626
Variações nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	(24.751)	28.013	(24.723)	37.691
Estoques	38.874	(8.541)	33.986	(14.761)
Fornecedores	(350)	(41.608)	545	(43.104)
Partes relacionadas	(10.781)	25.524	(46.002)	1.805
Obrigações trabalhistas	444	682	724	876
Obrigações fiscais	1.150	(4.547)	(10.215)	(11.365)
Outros ativos e passivos	(2.132)	(17.933)	(1.681)	(20.570)
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(24.620)	(23.865)	(10.376)	9.198
Juros pagos	(979)	(100)	(1.224)	(121)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(393)	<u>-</u>	(393)	(379)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(25.992)	(23.965)	(11.993)	8.698
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao ativo imobilizado e intangível	(22.411)	(8.275)	(25.018)	(10.171)
Dividendos recebidos	21.000	17.100	-	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	(1.411)	8.825	(25.018)	(10.171)
Dividendos pagos	(2.591)	(19.668)	(2.591)	(19.668)
Ingressos de empréstimos e financiamentos	33.224	-	34.168	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(118)	(3.496)	(135)	(13.585)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	30.515	(23.164)	31.442	(33.253)
Variação no caixa e equivalentes de caixa	3.112	(38.304)	(5.569)	(34.726)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.675	43.979	28.373	63.099
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.787	5.675	22.804	28.373
•				

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	Contro	oladora	Consc	olidado
	2014	2013	2014	2013
Receitas				
Vendas brutas de produtos	367.825	387.591	482.598	488.207
Outras receitas	1.450	20.178	1.867	20.429
	369.275	407.769	484.465	508.636
Insumos adquiridos de terceiros	(241.530)	(256.339)	(259.343)	(266.392)
Valor adicionado bruto	127.745	151.430	225.122	242.244
Depreciação e amortização	(27.151)	(30.240)	(40.619)	(44.029)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	100.594	121.190	184.503	198.215
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	38.804	37.997	-	-
Receitas financeiras	5.588	2.367	7.487	3.349
Outras receitas	140	24	140	24
	44.532	40.388	7.627	3.373
Valor adicionado total a distribuir	145.126	161.578	192.130	201.588
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	80.493	72.281	98.153	85.886
Salários e encargos	58.774	53.742	70.173	62.424
Outros benefícios	17.542	14.979	23.201	19.338
Fundo de garantia por tempo de serviço	4.177	3.560	4.779	4.124
Impostos, taxas e contribuições	113.079	72.567	137.495	93.752
Federais	70.267	36.852	85.880	50.919
Estaduais	42.224	33.880	48.835	39.236
Municipais	588	1.835	2.780	3.597
Financiadores	3.167	5.216	8.095	10.436
Juros e variações cambiais	1.493 1.674	3.601	3.906 4.189	6.567
Aluguéis Outras	1.674	1.572 43	4.189	3.826 43
Outras	-	43		43
Lucros retidos (prejuízo) do exercício	(51.613)	11.514	(51.613)	11.514
Dividendos propostos	-	2.734	-	2.734
Dividendo adicional proposto	-	7.016	-	7.016
Reserva legal	-	577	-	577
Reserva de incentivo fiscal	-	(228)	-	(228)
Reserva de lucros	-	1.415	-	1.415
Valor adicionado distribuído	145.126	161.578	192.130	201.588

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 1. Informações gerais

A Cristal Pigmentos do Brasil S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), antigamente Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A., é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari - BA, controladora integral da subsidiária Cristal Mineração do Brasil Ltda. ("Cristal Mineração" ou "Controlada"), antigamente denominada Millennium Inorganic Chemicals Mineração Ltda., com sede em Mataraca - PB.

A Companhia tem como atividade preponderante a produção e o comércio de produtos químicos, a importação e a exportação de matérias-primas e de produtos industrializados acabados, a participação no capital de outras sociedades e o exercício de atividades relacionadas com seus objetivos. Detalhes adicionais sobre as informações por segmento foram fornecidos na Nota 23 ("Informações por segmento"). A controlada tem por objeto a produção, industrialização e o comércio de minérios em geral, compreendendo pesquisa, lavra, exploração e beneficiamento, importação e exportação, com previsão de exaustão da mina em 2019.

O controle da Companhia é diretamente detido pela sociedade brasileira Millennium Inorganic Chemicals Holdings Brasil Ltda., sendo esta controlada pela Thann Chimie SAS.

# 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

#### 2.1. Aspectos gerais

O Conselho da Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação dessas demonstrações financeiras em 16 de março de 2015.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores demonstrados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

#### a) <u>Demonstrações financeiras consolidadas</u>

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")* e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC")*, implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.1. Aspectos gerais--Continuação

#### b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação do investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

#### 2.2. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia (BR GAAP) e consolidadas (IFRS):

#### a) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido.

c) <u>Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas</u>

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos.

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem:

- (i) A seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis;
- (ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- (iii) A provisão para perdas no estoque;
- (iv) A análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis;
- (v) A provisão para recuperação da mina, o imposto de renda e contribuição social diferidos;
- (vi) A provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- (vii) As considerações de reconhecimento e mensuração de custos de desenvolvimento capitalizados como ativos intangíveis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

# 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

#### d) Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e controlada e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

#### e) Consolidação

A Companhia controla a investida quando está exposto a, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados.

#### 3. Pronunciamentos novos ou revisados

Determinadas normas, alterações de normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB/ IFRIC e se aplicam pela primeira vez em 2014, porém não são aplicáveis às operações da Companhia e não produziram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 3. Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

Adicionalmente novos pronunciamentos e interpretações foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão divulgados abaixo:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018) A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes (Vigência a partir de 01/01/2017) O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.

A Companhia não espera que estas normas produzam impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

Alteração IAS 16 e IAS 38 - Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (Vigência a partir de 01/01/2016.) Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.

Alteração IAS 27 - Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas A revisão cria a possibilidade de adoção do método da equivalência patrimonial nos investimentos detidos em controladas nas demonstrações separadas. Vigência a partir de 01/01/2016.

Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 -Entidade de Investimento - Exceções à Regra de Consolidação (Vigência a partir de 01/01/2016.) Dentre outros esclarecimentos, fica estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos.

Alteração IAS 1 (Vigência a partir de 01/01/2016)

Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábilfinanceira deve ser objetiva e de fácil compreensão.

#### 4. Gestão de risco financeiro

#### 4.1. Fatores de risco financeiro

#### a) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Administração da Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 4. Gestão de risco financeiro--Continuação

#### 4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

#### a) Gestão de capital--Continuação

A Administração da Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. A estratégia da Administração da Companhia é de manter o índice de alavancagem baixo (por volta de 10%). Isto é possível, especialmente por meio de geração de caixa. Qualquer modificação no índice de alavancagem, como mencionado acima, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e outros recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

	Contro	oladora	Consc	lidado
	2014	2013	2014	2013
Total dos empréstimos e financiamentos e				
dívidas com partes relacionadas (Notas 11 e 18)	90.816	93.015	47.372	37.263
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(8.787)	(5.675)	(22.804)	(28.373)
Dívida líquida	82.029	87.340	24.568	8.890
Total do patrimônio líquido	362.820	421.449	362.820	421.449
Total do capital	444.849	508.789	387.388	430.339
		•		
Índice de alavancagem financeira	23%	21%	7%	2%

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos especulativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

#### b) Risco de taxa de câmbio

Todas as transações de vendas da Companhia são baseadas em preços cotados em dólar estadunidense. As receitas de vendas de dióxido de titânio da Controladora para o mercado externo representaram 2,16% e 2,41%, respectivamente, do total das receitas de vendas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O risco associado decorre da possibilidade de a Administração da Companhia vir a incorrer em perdas nas suas receitas de vendas por causa de flutuações nas taxas de câmbio (apreciação da moeda local), que reduzam valores nominais faturados. A Administração da Companhia opta por não efetuar operações de proteção cambial "hedge", já que entende que existe um hedge parcial entre as suas operações de compra de matérias-primas também cotadas em moeda norte americana.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 4. Gestão de risco financeiro--Continuação

#### 4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

#### b) Risco de taxa de câmbio--Continuação

Os saldos, cujas transações estão atreladas à variação do dólar estadunidense, estão demonstrados a seguir:

	Controla	dora	Consolidado		
	2014	2013	2014	2013	
Clientes no exterior	2.487	852	19.555	852	
Fornecedores no exterior	287	(1.453)	287	(1.453)	
Empréstimos e financiamentos	(21.730)	(32.796)	(21.730)	(32.796)	
	(18.956)	(33.397)	(1.888)	(33.397)	

#### c) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

#### d) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as referidas taxas, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade das mesmas.

#### e) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 4. Gestão de risco financeiro--Continuação

#### 4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

#### e) Risco de liquidez--Continuação

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer a margem necessária conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo demonstra os fluxos de caixa não descontados contratados da Companhia e sua controlada, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Contro	oladora	Consolidado		
	Menos de	Entre um e	Menos de	Entre um e	
	um ano	dois anos	um ano	dois anos	
Em 31 de dezembro de 2014					
Fornecedores	10.622	-	12.611	-	
Empréstimos e financiamentos	38.640	859	39.250	962	
Empréstimos - partes relacionadas	51.317	-	7.160	-	
Em 31 de dezembro de 2013					
Fornecedores	9.536	1.436	10.630	1.436	
Empréstimos e financiamentos	3.542	-	3.550	-	
Empréstimos - partes relacionadas	89.473	-	33.713	-	

#### f) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir, em 31 de dezembro de 2014, análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 4. Gestão de risco financeiro--Continuação

#### 4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

### f) <u>Análise de sensibilidade</u>--Continuação

Risco taxa de juros

		Efeito			
Instrumento/operação	Descrição	Cenário provável (I)	Cenário II	Cenário III	
Aplicação financeira Empréstimos e financiamentos	Variação do CDI Variação do CDI	2.212 (4.540)	2.764/1.659 (5.675)/(3.405)	3.317/1.106 (6.810)/(2.270)	
Efeito total líquido		(2.328)	(2.911)/(1.746)	(3.493)/(1.164)	

#### Risco cambial

			Efeito	
Instrumento/operação	Descrição	Cenário provável (I)	Cenário II	Cenário III
Clientes no exterior Empréstimos e financiamentos e	Variação do dólar	224	1.934/(1.486)	3.643/(3.196)
dívidas com partes relacionadas Fornecedor	Variação do dólar Variação do dólar	(316) (26)	(2.734)/2.101 (223)/171	(5.151)/4.518 (438)/369
Efeito total líquido		(118)	(1.023)/786	(1.946)/1.691

A análise de sensibilidade, supracitada, considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

#### 4.2. Instrumento financeiro por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são:

Mensurados a valor justo por meio do resultado: são registrados nessa categoria os instrumentos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo. Esses instrumentos são mensurados ao valor justo. Os equivalentes de caixa são classificados nessa categoria.

Empréstimos e recebíveis: são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, quando aplicável. Caixa, depósitos judiciais e contas a receber são classificados nessa categoria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 4. Gestão de risco financeiro--Continuação

#### **4.2.** Instrumento financeiro por categoria--Continuação

<u>Outros passivos financeiros</u>: são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. Fornecedores e empréstimos e financiamentos são classificados nesta categoria.

São inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os instrumentos financeiros registrados no ativo e no passivo têm liquidez imediata ou vencimento em sua maioria, em prazos inferiores a 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

		Controladora	
		Ativos ao valor	
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2014			
Contas a receber de clientes	64.749	-	64.749
Partes relacionadas	8.949	-	8.949
Depósitos judiciais	5.308	-	5.308
Caixa e equivalentes de caixa	3.196	5.591	8.787
	82.202	5.591	87.793
31 de dezembro de 2013			
Contas a receber de clientes	39.998	-	39.998
Partes relacionadas	6.888	-	6.888
Depósitos judiciais	3.782	-	3.782
Caixa e equivalentes de caixa	2.626	3.049	5.675
	53.294	3.049	56.343

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 4. Gestão de risco financeiro--Continuação

#### **4.2.** Instrumento financeiro por categoria--Continuação

		Consolidado	
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2014 Contas a receber de clientes	69.736	-	69.736
Partes relacionadas Depósitos judiciais	24.000 6.124	-	24.000 6.124
Caixa e equivalentes de caixa	3.788	19.016	22.804
·	103.648	19.016	122.664
31 de dezembro de 2013			
Contas a receber de clientes	45.013	-	45.013
Partes relacionadas	4.284	-	4.284
Depósitos judiciais	4.460	-	4.460
Caixa e equivalentes de caixa	3.165	25.208	28.373
	56.922	25.208	82.130

Outros passivos financeiros	Controladora	Consolidado
31 de dezembro de 2014		
Empréstimos e financiamentos	39.499	40.212
Partes relacionadas	51.317	7.160
Fornecedores e outras obrigações (a)	34.816	46.498
	125.632	93.870
31 de dezembro de 2013		
Empréstimos e financiamentos	3.542	3.550
Partes relacionadas	89.473	33.713
Fornecedores e outras obrigações (a)	33.572	45.326
	126.587	82.589

<sup>(</sup>a) Composto por fornecedores, salários e encargos sociais e impostos, taxas e contribuições.

#### 4.3. Hierarquia de valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

<u>Nível 1:</u> preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

<u>Nível 2:</u> outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

<u>Nível 3:</u> técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 4. Gestão de risco financeiro--Continuação

#### 4.3. Hierarquia de valor justo--Continuação

	Controladora	Consolidado
	Títulos e valores mobiliários	Títulos e valores mobiliários
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:		
Nível 1	5.591	19.016
Em 31 de dezembro de 2014	5.591	19.016

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e bancos	3.196	2.626	3.788	3.165
Aplicações financeiras (*)	5.591	3.049	19.016	25.208
	8.787	5.675	22.804	28.373

<sup>(\*)</sup> Em sua maior parte Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), indexados à taxa média de 100,83% dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs).

#### 6. Contas a receber de clientes

A provisão para devedores duvidosos, quando necessária, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

	Contro	Controladora		lidado
	2014	2013	2014	2013
Mercado interno	62.262	39.146	67.249	44.161
Mercado externo	2.487	852	2.487	852
	64.749	39.998	69.736	45.013

Os saldos de contas a receber, por idade de vencimento, estão demonstrados a seguir:

	Contro	Controladora		lidado
	2014	2013	2014	2013
A vencer Vencidas:	63.678	38.300	67.648	43.105
Até 30 dias	815	1.698	2.088	1.842
De 31 a 60 dias	-	-	-	66
De 61 a 150 dias	256	-	-	-
	64.749	39.998	69.736	45.013

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 7. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. Quando aplicável, uma provisão para perdas para estoques de baixa rotatividade, obsoletos ou quando há perspectiva de realização abaixo do custo é constituída.

	Controladora		Conso	lidado
	2014	2013	2014	2013
Produtos acabados	62.226	46.234	75.084	59.635
Produtos em elaboração	7.407	10.166	68.626	66.241
Matérias-primas	19.051	77.498	19.051	73.889
Importações em andamento	1.785	339	1.785	339
Materiais de suprimento	18.919	14.025	24.030	22.458
Provisão para desvalorização e perdas (a)	(8.201)	(3.202)	(8.201)	(3.202)
. , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	101.187	145.060	180.375	219.360

<sup>(</sup>a) Refere-se à provisão de itens obsoletos dos estoques de materiais de suprimento.

A movimentação da provisão para desvalorização e perdas do estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2012	6.110
Constituição de provisão para itens obsoletos	1.978
Reversão de provisão para perda na realização de estoques	(4.886)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.202
Constituição de provisão para perda na realização de estoques	4.999
Saldos em 31 de dezembro de 2014	8.201

## 8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consol	idado
	2014	2013	2014	2013
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação	-	1.618	-	1.618
de Serviços - ICMS (i)	2.070	2.871	2.624	3.384
Imposto de Renda - IR e Contribuição Social - CS	2.555	623	2.555	1.051
IRRF a recuperar	-	422	-	422
Outros	164	71	164	71
	4.789	5.605	5.343	6.546
Circulante Não circulante (i)	2.391 2.398	5.233 372	2.470 2.873	5.677 869

<sup>(</sup>i) Refere-se ao ICMS diferido quando das aquisições de máquinas e equipamentos, cuja realização não ocorrerá no prazo de 12 meses.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 9. Investimentos

### Dados da controlada

	2014	2013
Capital social Quantidade de ações possuídas (em milhares) Participação no capital total Patrimônio líquido	111.950 11.195 100,00% 159.750	111.950 11.195 100,00% 150.821
	2014	2013
Lucro líquido do exercício Incentivo fiscal - imposto de renda	38.804 8.926	37.997 8.935
Movimentação do investimento		
	2014	2013
Saldo no início do exercício Equivalência patrimonial Constituição de reserva de incentivo fiscal de exercícios anteriores	150.821 38.804 -	141.779 37.997 110
Dividendos	(29.875)	(29.065)
Saldo no final do exercício	159.750	150.821

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 10. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção dos bens. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

	Controladora						
			Máquinas e			Obras em	
	Terrenos	Edificações	equipamentos	Instalações	Outros	andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2012	1.017	35.305	71.556	31.372	6.276	3.539	149.065
Adições Baixas, líquidas	-	-	1.099 (92)	98 (3)	2.544 (71)	4.434 (160)	8.175 (326)
Depreciação Transferência entre ativos	-	(4.517)	(15.863) 5.187	(8.631) 149	(774) (1.782)	(3.554)	(29.785)
Em 31 de dezembro de 2013	1.017	30.788	61.887	22.985	6.193	4.259	127.129
Adições	-	-	1.433	453	3.962	16.372	22.220
Baixas, líquidas Depreciação	-	(3.908)	(167) (15.048)	(5) (6.890)	(963) (631)	(1.564)	(2.699) (26.477)
Transferência entre ativos		-	3.485	68	(409)	(3.144)	-
Em 31 de dezembro de 2014	1.017	26.880	51.590	16.611	8.152	15.923	120.173
Custo total Depreciação acumulada	1.017	92.354 (65.474)	250.354 (198.764)	140.107 (123.496)	19.787 (11.635)	15.923 -	519.542 (399.369)
Saldo liquido	1.017	26.880	51.590	16.611	8.152	15.923	120.173

				Consolid	ado			
			Máquinas e				Obras em	
	Terrenos	Edificações	equipamentos	Instalações	ARO	Outros	andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2012	4.426	42.118	100.001	44.427	8.007	7.919	4.078	210.976
Adições	-	-	1.499	204	5.486	2.926	5.850	15.965
Baixas, líquidas	-	-	(233)	(3)	-	(105)	(165)	(506)
Depreciação	-	(5.355)	(22.567)	(11.791)	(2.712)	(1.026)	` -	(43.451)
Transferência entre ativos		<u>-</u>	5.876	178	-	(2.117)	(3.937)	<u> </u>
Em 31 de dezembro de 2013	4.426	36.763	84.576	33.015	10.781	7.597	5.826	182.984
Adições	-	-	2.136	457	-	4.558	17.578	24.729
Baixas, líquidas	-	-	(178)	(5)	-	(1.169)	(1.563)	(2.915)
Depreciação	-	(4.746)	(22.000)	(10.032)	(2.260)	` (770)	` -	(39.808)
Transferência entre ativos		<u> </u>	5.017	190		(525)	(4.682)	<u> </u>
Em 31 de dezembro de 2014	4.426	32.017	69.551	23.625	8.521	9.691	17.159	164.990
Custo total	4.426	109.114	330.447	175.832	17.146	28.605	17.159	682.729
Depreciação acumulada		(77.097)	(260.896)	(152.207)	(8.625)	(18.914)	-	(517.739)
Saldo liquido	4.426	32.017	69.551	23.625	8.521	9.691	17.159	164.990
Taxas anuais de depreciação	-	20%	10%	10%	14%	4 a 10%	-	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 10. Imobilizado--Continuação

A depreciação do exercício alocada ao custo de produção é de R\$24.891 (2013 - R\$28.400) e a despesa é de R\$1.586 (2013 - R\$1.385) na controladora e R\$37.639 (2013 - R\$41.566) e R\$2.169 (2013 - R\$1.985) no consolidado, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2014, as obras em andamento referem-se basicamente a projetos de melhoria da planta industrial (substituição de tanques e agitadores, adição de calcinador químico, melhoria do tanque de alimentação da sulfatação, sistema de polimento de água e melhoria de equipamentos), cujos prazos médios de encerramento estão previstos para o ano de 2016.

O custo de recuperação de mina, líquido de exaustão, no valor de R\$8.521 (31/12/2013 - R\$10.781), está incluído na rubrica "ARO" no ativo e representa o montante estimado dos gastos a serem incorridos quando do término das atividades de lavra (Nota 14). A exaustão desse custo é calculada com base no tempo estimado de exploração da mina, cujo término é previsto para o ano de 2019.

### 11. Empréstimos e financiamentos

		Contro	ladora	Consolidado	
	<u>-</u>	2014	2013	2014	2013
Vendor e empréstimos (i)		38.427	3.542	39.037	3.542
Arrendamento mercantil (ii)		1.072	-	1.175	8
, and a more and a mor	-	39.499	3.542	40.212	3.550
Circulante Não circulante		38.640 859	3.542 -	39.250 962	3.550 -
		Contro	ladora	Conso	lidado
	Encargos efetivos financeiros anuais	2014	2013	2014	2013
Moeda nacional - R\$  Vendor e empréstimos  Arrendamento mercantil	100% a 107% CDI 16,02%	18.071 1.072	3.542	18.659 1.197	3.542 8
Arteridamento meredita	10,0270	19.143	3.542	19.856	3.550
	_	Contro	ladora	Conso	lidado
	Encargos efetivos financeiros anuais	2014	2013	2014	2013
Moeda estrangeira - US\$ Banco Santander	2,29% a.a	10.368	-	10.368	-
Banco do Brasil	2,11% a.a	9.988 20.356	-	9.988 20.356	-

<sup>(</sup>i) As operações com VENDOR possuem os próprios títulos dos clientes como garantia.

<sup>(</sup>ii) A garantia para essas operações são os próprios bens adquiridos (veículos).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos a pagar é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2013	7.139	17.256
Captação	52.755	72.145
Encargos	395	407
Amortização e pagamento de juros	(56.747)	(86.258)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.542	3.550
Captação	92.365	111.536
Encargos	816	839
Variação cambial	3.014	3.014
Amortização e pagamento de juros	(60.238)	(78.727)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	39.499	40.212

### 12. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
·	2014	2013	2014	2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a) Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para	1.066	968	1.792	1.889
Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.224	41	1.611	495
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.092	1.180	1.257	1.268
CFEM	-	-	225	276
Parcelamento de tributos federais (b)	6.887	6.988	6.887	6.988
Imposto de renda e contribuição social	-	-	5.826	6.818
Outros impostos	143	85	171	132
	10.412	9.262	17.769	17.866
•				
Circulante	4.245	2.878	11.602	11.482
Não circulante	6.167	6.384	6.167	6.384

O cronograma de pagamento do não circulante é o seguinte:

	Controladora	e consolidado
	2014	2013
2015	-	627
2016	176	627
2017	702	627
2018	702	627
2019	702	627
2020 em diante	3.885	3.249
Total impostos não circulante	6.167	6.384

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 12. Impostos, taxas e contribuições--Continuação

#### (a) ICMS

(i) ICMS - Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE

A Companhia efetuou a quitação antecipada das parcelas vincendas em 2015 referente ao "DESENVOLVE", programa de incentivo da Bahia, aderido em 2001, que permitiu a dilação do pagamento do ICMS excedente a R\$801 em até 72 meses, acrescidos de 85% da TJLP a.a. A liquidação antecipada, com desconto de 80%, totalizou R\$1.279 (2013 - R\$1.676). O desconto, no montante de R\$5.252, foi registrado como conta redutora da despesa de ICMS no resultado do exercício.

(ii) ICMS - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial - FAIN

O Estado da Paraíba concedeu, através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial - FAIN, incentivos fiscais para investimento industrial no Estado. A controlada aderiu ao programa e goza de redução de 50,63% do saldo a pagar de ICMS. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o valor desse incentivo foi de R\$5.158 (2013 - R\$4.747) e está contabilizado no resultado, como redutor da rubrica "Impostos incidentes sobre vendas".

#### (b) Parcelamento de tributos federais

A Companhia aderiu ao parcelamento instruído pela Lei nº 11.941/09 e, em 2011, houve a consolidação dos valores estabelecendo as condições para o parcelamento de débitos tributários federais. Dentre essas condições destaca-se: (i) o prazo de pagamento que pode se estender em até 180 meses; (ii) os descontos de multas, juros e encargos que variam de acordo com o prazo de pagamento; (iii) a possibilidade de utilização de saldo de prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social sobre o lucro na liquidação das multas e juros. A seguir apresentamos a movimentação do parcelamento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Saldos em 31 de dezembro de 2012	7.221
Atualização	244
Pagamento	(477)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	6.988
Atualização	391
Pagamento	(492)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.887

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### 13. Provisões

A Companhia e sua controlada discutem judicialmente a legalidade de alguns tributos, bem como se defendem de reclamações trabalhistas, autuações fiscais e previdenciárias na esfera administrativa e judicial e processos cíveis. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, mantém provisão para as perdas prováveis, consideradas suficiente para fazer face a eventuais perdas contingentes e obrigações previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Conso	lidado
	2014	2013	2014	2013
Trabalhistas	4.247	4.934	6.175	5.256
Cíveis	-	-	427	427
Ambientais	893	1.253	893	1.253
Tributárias	-	-	4.634	3.687
	5.140	6.187	12.129	10.623
Circulante Não circulante	393 4.747	753 5.434	393 11.736	753 9.870
Depósitos judiciais: Relacionados às provisões	(5.308)	(3.782)	(6.124)	(4.460)

A movimentação do saldo das provisões para contingências, em 31 de dezembro de 2014, está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Trabalhistas (a)	Ambientais (b)	Cíveis (a)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	5.171	1.387	250	-	6.808
Adições Baixas por reversão	226 (463)	- (134)	(250)	-	226 (847)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.934	1.253	-	-	6.187
Adições Baixas por reversão	998 (1.685)	(360)	-	-	998 (2.045)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	4.247	893	-	-	5.140

	Consolidado				
	Trabalhistas (a)	Ambientais (b)	Cíveis (a)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013 Adições	5.492 227	1.387	677	- 3.687	7.556 3.914
Baixas por reversão	(463)	(134)	(250)	3.007	(847)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.256	1.253	427	3.687	10.623
Adições	2.626	-	-	947	3.573
Baixas por reversão	(1.707)	(360)	-	-	(2.067)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	6.175	893	427	4.634	12.129

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 13. Provisões--Continuação

- (a) Os processos de natureza trabalhistas consistem, em sua maioria, de ações ingressadas por ex-empregados da Companhia e de sua controlada e versam sobre pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade), indenizações e responsabilidade subsidiária. As ações de natureza cível concentram-se, em sua maioria, em ações de indenização por danos materiais e/ou morais decorrentes de acidentes.
- (b) Refere-se à estimativa dos custos de operação e manutenção de equipamentos constituintes do sistema de remediação ambiental. Do montante total, R\$393 (2013 - R\$753) serão pagos no curto prazo. Não houve complemento de provisão em 2014.
- (c) O DNPM Departamento Nacional de Produção Mineral entrou com um processo contra a Controlada referente a divergência da base de cálculo do CFEM nos exercícios de 2001 a 2009. Em face desse processo, a Controlada constituiu provisão no montante de R\$3.687.

As principais causas com probabilidade de perda possível, motivo pelo qual não foram constituídas as respectivas provisões, referem-se à:

#### a) Cláusula Quarta da Convenção Coletiva de Trabalho

Em setembro de 2001, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal - STF, reformando decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST de 16 de dezembro de 1992, restabeleceu o entendimento de que a Lei nº 8.030/90 não alterou a Cláusula Quarta (indexação de salários) da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável aos empregados da Companhia e aos das indústrias de produtos químicos para fins industriais de Camaçari, que vigorou de 1º de setembro de 1989 a 31 de agosto de 1990.

Em 19 de abril de 2002 foi publicado o acórdão com a referida decisão, tendo sido interpostos os embargos de declaração, com pedido de efeito modificativo pelo Sindicato Patronal, os quais foram acolhidos, restabelecendo a decisão do TST que declarou inválida a Cláusula Quarta.

Presentemente, aguarda-se a conclusão do julgamento pelo STF de novos embargos de declaração, desta vez interpostos pelo Sindicato Profissional, em 21 de março de 2003, com vistas a obter a prevalência da Cláusula Quarta. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que há possibilidade de manutenção da invalidade da Cláusula Quarta, não obstante algumas empresas já terem efetuado acordo com o sindicato e já terem sido proferidos dois votos favoráveis ao recurso do Sindicato dos Trabalhadores. Adicionalmente, a Companhia possui decisão de mérito a seu favor transitada em julgado em ação coletiva movida pelo Sindicato dos Trabalhadores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 13. Provisões--Continuação

#### b) Auto de Infração de ICMS

A Secretária da Fazenda de São Paulo lavrou Auto de Infração contra a Companhia no valor de R\$7.900 em virtude da suposta inadimplência no pagamento de ICMS nos anos de 2007 e 2008 que, julgado parcialmente improcedente, foi reduzido para R\$5.995. Aguarda-se julgamento de recurso por instância administrativa superior.

A 4ª Vara da Fazenda Pública de João Pessoa concedeu tutela antecipada em Ação Anulatória ajuizada pela controlada para suspender a exigibilidade do pagamento, no montante de R\$38.000, do Auto de Infração lavrado pela ausência de recolhimento do ICMS sobre a transferência de propriedade de estoques e bens do ativo imobilizado, por meio de integralização de cotas do capital social por parte da empresa autuada.

#### c) Garantias

Como garantias para as contingências acima relacionadas, a Companhia ofereceu itens de seu ativo imobilizado, a título de penhora, no montante de R\$20.343 (2013 - R\$20.539). Esses processos judiciais foram incluídos no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, porém os bens do ativo imobilizado dados como garantias apenas deixarão de ser penhorados quando ocorrer o pagamento total dos parcelamentos.

### 14. Gastos para recuperação da mina

Os custos com recuperação e reflorestamento da área da mina são registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida à provisão que suportar tais gastos.

As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa de juros média de mercado para o exercício de 2014 e 2013 de 8,49% a.a.

As estimativas de custos são revistas a cada dois anos, como também, a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de passivos já contabilizados, em contrapartida do resultado.

A Controlada, comprometida com a minimização dos impactos ambientais causados por suas operações industriais e de mineração e, em atendimento à legislação e regulamentos ambientais, contratou especialistas externos para reavaliar seus gastos futuros com desmobilização de ativos e restauração de áreas degradadas. A nova avaliação, em 2013, indicou a necessidade de ajuste do saldo no montante de R\$5.486, o qual foi registrado em contrapartida do ativo imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 14. Gastos para recuperação da mina--Continuação

O impacto no resultado referente ao ajuste a valor presente da provisão foi registrado em contrapartida do custo de produção.

	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2013	26.563
Atualização da provisão para recuperação da mina	5.486
Ajuste a valor presente	2.769
Saldos em 31 de dezembro de 2013	34.818
Ajuste a valor presente	2.906
Saldos em 31 de dezembro de 2014	37.724

### 15. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 19 de dezembro de 2014, a AGE aprovou a proposta do Conselho de Administração do agrupamento da totalidade das ações representativa do capital social da Companhia. O agrupamento será efetuado na proporção de 100 (cem) para 01 (uma), passando o capital social a ser representado por 23.214.998 (vinte e três milhões, duzentos e quatorze mil e novecentos e noventa e oito) ações, sendo 8.126.719 (oito milhões, cento e vinte e seis mil, setecentos e dezenove) ações ordinárias, 9.873.790 (nove milhões, oitocentos e setenta e três mil, setecentos e noventa) ações preferenciais de classe "A" e 5.214.449 (cinco milhões, duzentos e quatorze mil e quatrocentos e quarenta e nove) ações preferenciais classe "B", todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é de R\$162.505. A composição do capital social por classe (em número de ações) é demonstrada a seguir:

Ações ordinárias	812.671.900
Ações preferenciais:	
Classe "A"	987.379.000
Classe "B"	521.448.900_
	2.321.499.800

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### **15. Patrimônio líquido**--Continuação

### a) Capital social -- Continuação

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam, entre outros direitos, de prioridade quanto a:

- Preferenciais classe "A" gozam de prioridade na distribuição do dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o valor nominal das ações e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias e as preferenciais da classe "B" nos lucros que remanescerem depois do pagamento de igual dividendo de 6% ao ano às ações ordinárias e às ações preferenciais classe "B", e também na distribuição de bonificações em ações decorrentes de correção monetária ou de incorporação de lucros ou reservas ao capital social.
- Preferenciais classe "B" gozam de prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação, sem prêmio, exercível em relação às ordinárias e, depois de assegurada igual prioridade às ações preferenciais da classe "A", terão todos os demais direitos das ações ordinárias, exceto o voto. As ações preferenciais da classe "B" não poderão ser convertidas em ações ordinárias e, além disso, sem direito a dividendos fixos ou mínimos, a elas não se aplicará o disposto no parágrafo primeiro do artigo 111 da Lei das S.A.

#### b) Reserva especial - correção monetária especial (Lei nº 8.200/91)

Essa reserva registra a correção monetária especial do ativo imobilizado e será realizada mediante aumento de capital ou compensação de prejuízos.

#### c) Reserva de capital - isenção e redução de imposto de renda

Para o lucro decorrente das operações isentas, conforme benefícios fiscais descritos na Nota 19.b, até 31 de dezembro de 2007, o valor correspondente ao imposto de renda a pagar era debitado no resultado do exercício e creditado na reserva de capital, e somente poderá ser utilizado para aumento de capital ou para absorção de prejuízos acumulados.

#### d) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base na legislação societária, representando 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer destinação, estando limitada a 20% do capital.

#### e) Reserva estatutária - especial para dividendos

Essa reserva tem por objetivo absorver os dividendos obrigatórios não distribuídos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 15. Patrimônio líquido--Continuação

#### f) Reserva estatutária - para aumento de capital

Reserva para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. É constituída com até 90% do lucro líquido do exercício ajustado. O montante dessa reserva não poderá exceder o limite de 80% do capital social.

### g) <u>Dividendos</u>

Um dividendo mínimo é obrigatoriamente distribuído aos acionistas, conforme demonstrado abaixo:

	2014	2013
Lucro líquido (prejuízo) da controladora	(51.613)	11.514
Reserva legal	` <u>-</u>	(577)
Base de cálculo	(51.613)	10.937
Dividendos mínimos distribuídos (25%)	•	2.734
Dividendos adicionais propostos	-	7.016

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 são demonstrados a seguir:

Quantidade de ações classe "A" Dividendo - ações classe "A Valor nominal de ação - lote de mil Provisão para dividendos ações classe "A" Dividendo unitário por ações classe "A" - R\$	987.379.050 6% 70,00 4.147 0,0042
Quantidade de ações classe "B"	521.448.880
Provisão para dividendos ações classe "B"	2.190
Dividendo unitário por ações classe "B" - R\$	0,0042
Quantidade de ações ordinárias	812.671.840
Provisão para dividendos ações ordinárias	3.413
Dividendo unitário por ações ordinárias - R\$	0,0042

A movimentação dos dividendos a pagar é como segue:

Saldos em 1º de janeiro de 2013  Dividendos adicionais de exercícios anteriores  Pagamento de dividendo referente exercício anterior  Dividendo mínimo obrigatório do exercício  Saldos em 31 de dezembro de 2013  Pagamento de dividendo referente exercícios anteriores  Dividendos adicionais de exercícios anteriores  Saldos em 31 de dezembro de 2014  Saldos em 31 de dezembro de 2014		e Consolidado
Dividendos adicionais de exercícios anteriores (19.668) Pagamento de dividendo referente exercício anterior 758 Dividendo mínimo obrigatório do exercício 2.734 Saldos em 31 de dezembro de 2013 2.006 Pagamento de dividendo referente exercícios anteriores (3.350) Dividendos adicionais de exercícios anteriores 7.016	Saldos em 1º de ianeiro de 2013	18.182
Dividendo mínimo obrigatório do exercício  Saldos em 31 de dezembro de 2013  Pagamento de dividendo referente exercícios anteriores Dividendos adicionais de exercícios anteriores  7.016		(19.668)
Saldos em 31 de dezembro de 2013  Pagamento de dividendo referente exercícios anteriores  Dividendos adicionais de exercícios anteriores  7.016	Pagamento de dividendo referente exercício anterior	758
Pagamento de dividendo referente exercícios anteriores (3.350) Dividendos adicionais de exercícios anteriores 7.016	Dividendo mínimo obrigatório do exercício	2.734
Dividendos adicionais de exercícios anteriores 7.016	Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.006
	Pagamento de dividendo referente exercícios anteriores	(3.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2014 5.672	Dividendos adicionais de exercícios anteriores	7.016
	Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.672

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 16. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, que são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são registrados somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

a) Reconciliação da despesa (receita) do imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	(24.876)	5.514	(18.782)	11.082
Adições permanentes				
Realização de reserva especial	1.420	1.538	1.420	1.538
Doações	1.082	660	1.110	667
Outros	2.317	1.520	2.352	1.578
Adições temporárias				
Ajuste de RTT da diferença de depreciação	11.012	14.573	16.587	20.073
Outras diferenças de RTT	(2.463)	(603)	(2.514)	(691)
Provisão líquida de bônus com vendas	5.270	5.443	5.270	5.443
Provisões PLR	3.074	2.979	3.659	3.518
Provisão realização do estoque	4.999	-	4.999	-
Variação cambial	1.955	5.576	1.956	6.141
Provisão contingências	999	953	3.573	10.127
Outros	1.427	3.937	6.654	5.572
Exclusões permanentes				
Resultado equivalência patrimonial	(38.804)	(37.997)	-	-
Outros	(140)	(23)	-	-
Exclusões temporárias				
Reversão PLR exercício anterior	(3.001)	(3.553)	(3.588)	(4.013)
Reversão bônus com vendas exercício anterior	(1.084)	-	(1.206)	-
Variação cambial líquida	(2.987)	(1.488)	(4.332)	(2.173)
Reversão provisão bônus da administração	(3.979)	(1.820)	(3.979)	(2.208)
Provisão ajuste de estoque	<del>-</del>	(4.911)		(4.911)
Reversão provisões contingências	(1.685)	(713)	(1.707)	(1.209)
Outros	(2.714)	(8.766)	(2.714)	(9.092)
Lucro (prejuízo) real	(48.178)	(17.181)	8.758	41.442
Exclusão de prejuízo da controladora		-	48.178	17.181
Base fiscal	(48.178)	(17.181)	56.936	58.623
Alíquota do imposto - %	34%	34%	34%	34%
Imposto à alíquota da legislação - corrente	-	-	(19.358)	(19.932)
Deduções por incentivos fiscais (Nota 17.a)	-	-	8.926	8.935
Outros	-	-	313	594
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(10.119)	(10.403)
Créditos de adições temporárias	_	6.000	4.025	6.000
Reversão Imposto diferido	(26.737)	0.000	(26.737)	0.000
Utilização de prejuízos fiscais e base negativa	(20.707)	_	(20.101)	4.835
Total de imposto de renda e contribuição social - diferido	(26.737)	6.000	(22.712)	10.835
Alíquota efetiva	(20.757)	0.000	54%	94%
Λιιγαυία διστίνα			J+ /0	<del>34</del> /0

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 16. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Controladora possui saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, cujos créditos tributários acumulados totalizam R\$67.494, sendo que as atuais previsões de expectativa de realização futura não demonstram lucro tributável em prazo adequado para suportar os referidos créditos. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não registrou créditos fiscais e efetuou a reversão dos tributos diferidos ativos constituídos no montante de R\$26.737. A controlada possui tributos diferidos ativos no montante de R\$21.624 (2013 - R\$17.600) constituídos sobre diferenças temporárias decorrentes, principalmente, da provisão para recuperação da mina.

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho da economia brasileira e mundial, seleção de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de vendas, alíquotas de impostos e outros que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como a base tributável do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, isenções e incentivos fiscais, e, diversas outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o resultado líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo único de lucros futuros da Companhia e sua controlada.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Saldos em 01/01/2013	Efeito no resultado	Saldos em 31/12/2013	Efeito no resultado	Saldos em 31/12/2014
Provisão para PLR e bônus	1.119	30	1.149	(1.032)	117
Provisão para perda em estoque	2.029	-	2.029	(2.029)	-
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e					
cíveis	2.208	1.143	3.351	(975)	2.376
Depreciação	14.288	7.840	22.128	(12.576)	9.552
Provisão para remediação ambiental	6.780	1.864	8.644	1.284	9.928
Variações cambiais	4.599	(41)	4.558	(4.908)	(350)
Outros	2.478	-	2.478	(2.477)	1
Total imposto diferido (líquido)	33.501	10.836	44.337	(22.713)	21.624

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 16. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O cronograma de realização dos tributos diferidos ativos é o seguinte:

	Controladora		Cons	olidado
Ano	2014	2013	2014	2013
2014	-	-	-	2.522
2015	-	11.238	2.625	13.760
2016	-	5.391	2.332	7.913
2017	-	6.056	2.170	8.578
2018 até 2021	-	4.052	14.497	11.564
	-	26.737	21.624	44.337

c) Lei nº 12.973

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

### 17. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais (incentivos fiscais) são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo.

A Companhia tem subvenções estaduais e são registradas como redução de custo no resultado e as federais são lançadas diretamente na linha do imposto de renda durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar, e, posteriormente, são destinadas a reserva para subvenções de investimentos no patrimônio líquido (reservas de lucros).

a) Redução de imposto de renda sobre lucro da exploração

A Companhia possui o direito de redução de 75% do imposto de renda até o ano calendário de 2017 sobre o lucro oriundo da fabricação de dióxido de titânio, considerando uma capacidade instalada de 70.000 t/ano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não apurou lucro da exploração.

A controlada possui também o direito a redução de 75% do imposto de renda incidente sobre o resultado das suas operações industriais, até o final de 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a controlada apurou R\$8.926 (2013 - R\$8.935) a abater do montante de IRPJ devido no exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

#### 18. Partes relacionadas

	Contro	ladora	Conso	lidado
	2014	2013	2014	2013
Ativo circulante				
Cristal Ltd. (Reino Unido)	104	63	104	63
Cristal Inc. (EUA) (e)	6.287	3.463	6.287	3.463
Cristal Mineração do Brasil Ltda. (d)	2.017	2.604	-	-
Cristal Australind (f)	464	758	464	758
Cristal Switzerland	77	-	77	-
Cristal Ltd. (França) (a)		-	17.068	-
	8.949	6.888	24.000	4.284
Passivo circulante				
Cristal Ltd. (Reino Unido)	653	576	653	576
Cristal Inc. (EUA)	387	341	387	341
Cristal Inc. (EUA) (b)	-	32.796	-	32.796
Cristal Mineração do Brasil Ltda. (a) (c)	49.943	55.760	-	-
Cristal Ltd. (França) (a)	-	-	5.786	-
Cristal Switzerland	334	-	334	-
	51.317	89.473	7.160	33.713
Resultado (a)				
Cristal Inc. (EUA) (b)	2.593	304	2.593	304
Cristal Ltd. (Reino Unido)	(36)	34	(36)	34
Cristal Ltd. (França) (a)	` -	-	32.864	22.863
Cristal Switzerland	147	-	147	-
	2.704	338	35.568	23.201

<sup>(</sup>a) Compra/venda de produtos inerentes ao objeto social da Companhia, essencialmente pigmento de dióxido de titânio e ilmenita. Os preços são calculados com base no preço médio de produtos iguais ou similares praticado no mercado de destino.

As transações com partes relacionadas são efetuadas de acordo com condições pactuadas entre as partes.

<sup>(</sup>b) Financiamento *intercompany* em moeda norte-americana para viabilizar manutenção do fluxo de caixa das atividades operacionais, sem incidência de juros ou encargos. Essa transação foi integralmente liquidada em 2014.

<sup>(</sup>c) Contas a pagar com a Cristal Mineração no montante de R\$49.944 (2013 - R\$55.760) decorrentes de compras de ilmenita.

<sup>(</sup>d) Rateio de despesas, conforme contrato estabelecido entre as partes.

<sup>(</sup>e) Pagamento de despesas de logística e armazenagem para parte relacionada.

<sup>(</sup>f) Adiantamento de dividendos referentes ao exercício de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 18. Partes relacionadas--Continuação

#### Participação nos lucros e resultados

Em 2014, a Companhia distribuiu participação nos resultados aos empregados e administradores no montante de R\$3.584 (2013 - R\$4.123), registrados no resultado nas rubricas de "Custo de produção (das vendas)" no montante de R\$ 2.605 (2013 - R\$3.619) e de despesas gerais e administrativas no montante de R\$979 (2013 - R\$504).

#### Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros, diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais é como segue:

	Controladora	Controladora e Consolidado		
	2014	2013		
Diretoria Executiva Conselhos de Administração e Fiscal	2.289 378	2.056 197		
·	2.667	2.253		

#### 19. Receitas

#### Reconhecimento da receita

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de "Receitas/despesas financeiras".

#### Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previstos nas legislações federais, estaduais e municipais. As receitas de vendas estão deduzidas dos referidos impostos. Os créditos são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 19. Receitas--Continuação

Impostos sobre vendas--Continuação

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consc	olidado
	2014	2013	2014	2013
Vendas brutas				
Mercado interno	359.831	377.261	447.527	455.285
Mercado externo	7.994	10.330	35.071	33.191
Impostos incidentes sobre vendas	(64.779)	(67.991)	(80.830)	(75.322)
Descontos, abatimentos e outras deduções	(6.980)	(7.882)	(7.079)	(8.209)
	296.066	311.718	394.689	404.945

### 20. Custo de vendas e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consc	olidado
	2014	2013	2014	2013
Matérias-primas	130.224	155.598	130.224	167.981
Materiais secundários	17.809	19.517	17.809	19.517
Materiais de embalagens	3.110	2.978	3.353	3.194
Combustíveis	27.481	26.975	28.441	27.773
Energia elétrica	6.667	8.639	12.560	13.330
Mão de obra	58.774	53.742	70.173	62.424
Serviços de terceiros Depreciação e amortização	17.555	15.476	17.555	17.581
	27.152	30.240	40.620	44.029
Provisão para perda de estoque	4.999	-	4.999	-
Encargos sociais e outros benefícios	29.902	25.844	37.326	31.878
Outros	30.908	13.207	33.205	1.944
	354.581	352.216	396.265	389.651
Custo de vendas	338.108	336.942	376.899	370.626
Despesas gerais e administrativas	16.473	15.274	19.366	19.025

### 21. Despesas com vendas

	Controladora		Conso	lidado
	2014	2013	2014	2013
Frete	6.941	6.488	17.747	16.394
Aluguéis e armazenagem	620	490	620	490
Despesas portuárias e aduaneiras	23	57	1.076	836
Outras despesas com vendas	381	228	381	230
	7.965	7.263	19.824	17.950

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 22. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Conso	lidado
	2014	2013	2014	2013
Receita processos judiciais (a)	864	20.061	864	20.061
Honorários advocatícios (a)	-	(4.012)	-	(4.012)
Venda de outros materiais	63	167	63	350
Dividendos	140	-	140	-
Resultado venda ativo imobilizado	305	-	637	-
	1.372	16.216	1.704	16.399

<sup>(</sup>a) A Companhia ajuizou ação ordinária contra a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), objetivando a correção monetária integral e o pagamento da diferença de juros e dos valores recolhidos a título de empréstimo compulsório em favor da Eletrobrás. Em 1º de outubro de 2013, a Eletrobrás depositou judicialmente o valor de R\$20.061, a título de parcela incontroversa, após decisão favorável do juiz dando ganho de causa para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia possui um montante de 20% a ser pago de honorários advocatícios, totalizando R\$4.012. O saldo a receber da Eletrobrás está contabilizado na rubrica de "créditos diversos" no ativo não circulante, enquanto que o valor a pagar a título de honorários está contabilizado na rubrica de "Outros passivos".

### 23. Informações por segmento de negócios

A Companhia divide seu negócio no segmento de produção e industrialização de dióxido de titânio, realizados pela controlada e no segmento de extração, produção e comercialização dos minérios rutilo, ilmenita e zirconita, relizados pela controlada Cristal Mineração.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são as seguintes:

#### a) Lucro bruto

		2014	
	Pigmento de		
	titânio	Minérios	Total
Operações continuadas			
Receita líquida	296.066	116.068	412.134
Receita líquida entre segmentos	-	(21.684)	(21.684)
Custo das vendas	(338.108)	(56.236)	(394.344)
Custo das vendas entre segmentos	•	21.684	21.684
	(42.042)	59.832	17.790
		2013	
	Pigmento de		
	titânio	Minérios	Total
Operações continuadas			
Receita líquida	311.718	106.599	418.317
Receita líquida entre segmentos	-	(13.372)	(13.372)
Custo das vendas	(336.942)	(47.056)	(383.998)
Custo das vendas entre segmentos	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	13.372	13.372
	(25.224)	59.543	34.319

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 23. Informações por segmento de negócios--Continuação

### b) Receita por cliente

### (i) Pigmento de titânio

	20	14	20	13
Grupo BASF	44.410	15%	57.231	18%
Grupo CROMEX	47.371	16%	39.744	13%
Grupo AKZO	35.528	12%	35.132	11%
Grupo ENGEFLEX	-		16.688	5%
Grupo ALPAGARTAS	11.843	4%	10.527	3%
Grupo ESTILOQUIMICA	8.882	3%	8.530	3%
Outros	148.032	50%	143.866	47%
	296.066	100%	311.718	100%

### (ii) Minérios

	20	14	20	13
Millennium Inorganic Chemicals (França)	48.748	42%	22.862	21%
Colorobbia Brasil Produtos para Cerâmica	5.803	5%	19.188	18%
Endeka Ceramics	5.803	5%	15.457	15%
Cristal Pigmentos do Brasil S.A.	45.266	39%	20.401	19%
Unimin do Brasil	1.161	1%	3.198	3%
Eurocolor Ind. e Com. de Zirco	580	1%	3.198	3%
Trebol	5.803	5%	15.990	15%
Outros	2.904	2%	6.305	6%
	116.068	100%	106.599	100%

### c) Receita por produto

#### (i) Pigmento de titânio

	2014	,	2013	<u> </u>
Pigmento de titânio	296.066	100%	311.718	100%
	296.066	100%	311.718	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 23. Informações por segmento de negócios--Continuação

#### c) Receita por produto--Continuação

#### (ii) Minérios

	2014	4	201	3
Ilmenita	49.969	43%	45.465	43%
Zirconita	61.433	53%	55.413	52%
Rutilo	4.115	3,5%	5.174	4%
Cianita	551	0,5%	547	1%
	116.068	100%	106.599	100%

#### d) Outras informações

#### (i) Pigmento de titânio

	2014	2013
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	(24.876)	5.514
Imobilizado Custo total Depreciação acumulada	519.459 (399.284)	500.019 (372.890)
Total do ativo	508.369	564.452

#### (ii) Minérios

	2014	2013	
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	44.898	43.565	
<u>Imobilizado</u>			
Custo total	125.288	160.891	
Depreciação acumulada	(93.607)	(105.037)	
Total do ativo	234.432	233.547	

Para o segmento de minérios (exploração) não haverá investimentos significativos até o encerramento das suas atividades, previstas para 2019, que careça divulgação de fluxo de caixa descontado, exceto pelos gastos normais de manutenção da atividade, que são registrados no custo da operação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 24. Lucro por ação

Demonstramos a seguir o cálculo do lucro básico por ação:

	2014	2013
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade Quantidade média ponderada de ações emitidas (em milhares)	(51.613)	11.514
Ordinárias Preferenciais classe "A" Preferenciais classe "B"	812.672 987.379 521.449	812.672 987.379 521.449
Lucro básico (prejuízo) por ação - R\$ Ordinárias Preferenciais classe "A" Preferenciais classe "B"	(0,024) (0,019) (0,024)	0,003 0,007 0,003

Em decorrência de não existirem ações ordinárias potenciais diluídas, o lucro (prejuízo) diluído por ação é igual ao lucro básico (prejuízo) por ação.

### 25. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

	Importância		
Ramos	segurada	Vencimento	
Multiriscos (estoques) e riscos operacionais	330.000	Julho/2015	
Lucros cessantes	100.000	Maio/2015	
Responsabilidade civil administradores e diretores	50.000	Maio/2015	

As premissas e riscos adotados, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo do exame das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.